

## Sindsprev mobiliza categoria para greve geral do funcionalismo público

# ASSEMBLEIA DE GREVE

12 DE JANEIRO

QUARTA ÀS 15H

Acesse e participe!



[sindsprev.org.br/assembleia-dia](https://sindsprev.org.br/assembleia-dia)



Foto: Banco de imagens

Sem reajuste há cinco anos e amargando mais de 10% de perdas somente em 2021, os servidores públicos rejeitam aceitar mais um ano de congelamento salarial. Por isso, começamos o ano de 2022 com uma série de atividades para demonstrar nossa insatisfação, a fim de pressionar o governo federal a fazer a recomposição salarial do quadro de funcionários públicos.

Na última sexta-feira, a direção do Sindsprev-PE se reuniu para definir um cronograma com algumas das atividades que serão executadas e outras das quais

participaremos enquanto integrantes do movimento nacional.

Esta semana, estamos realizando reuniões nos locais de trabalho, que culminará com uma assembleia a ser realizada na próxima quarta-feira, dia 12 de janeiro. A primeira convocação será às 15h e a segunda convocação será às 16h, para deliberar sobre a mobilização e greve geral do funcionalismo público federal por reajuste salarial para todos os servidores públicos.

A assembleia será no formato híbrido, sendo possível aos filiados do interior - ou

mesmo os da RMR que não puderem comparecer presencialmente à sede do sindicato - acessarem e participarem através da plataforma Zoom. Para isso, os filiados devem acessar o link <https://sindsprev.org.br/assembleia> ou o QR Code acima. Ambos darão acesso a uma lista de presença. Ao assinar um ata, automaticamente o filiado será redirecionado a uma sala do Zoom.

A assembleia também vai deliberar sobre a orientação da CNTSS para entrega dos cargos de chefias dos servidores federais de seguridade social, assim como foi

feito pelos servidores da Receita Federal e Banco Central. Todos os filiados estão convocados.

Já na quinta-feira, dia 13 de janeiro, cada entidade filiada à CNTSS vai se reunir em plenária para levar o resultado de suas assembleias. Na sexta-feira, dia 14 de janeiro, haverá um encontro nacional do Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais (Fonasefe) para levar as propostas, debater, sugerir, deliberar e articular a luta do funcionalismo federal contra o arrocho e a carestia. Vamos à luta!

### NOVAS REGRAS DA APOSENTADORIA - PÁG. 3



Foto: Banco de imagens

### CENÁRIO DE PANDEMIA - PÁG. 4

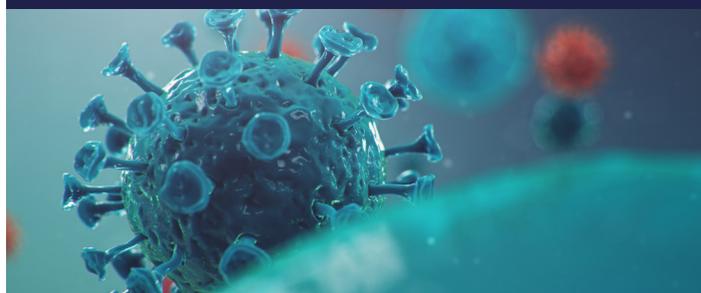
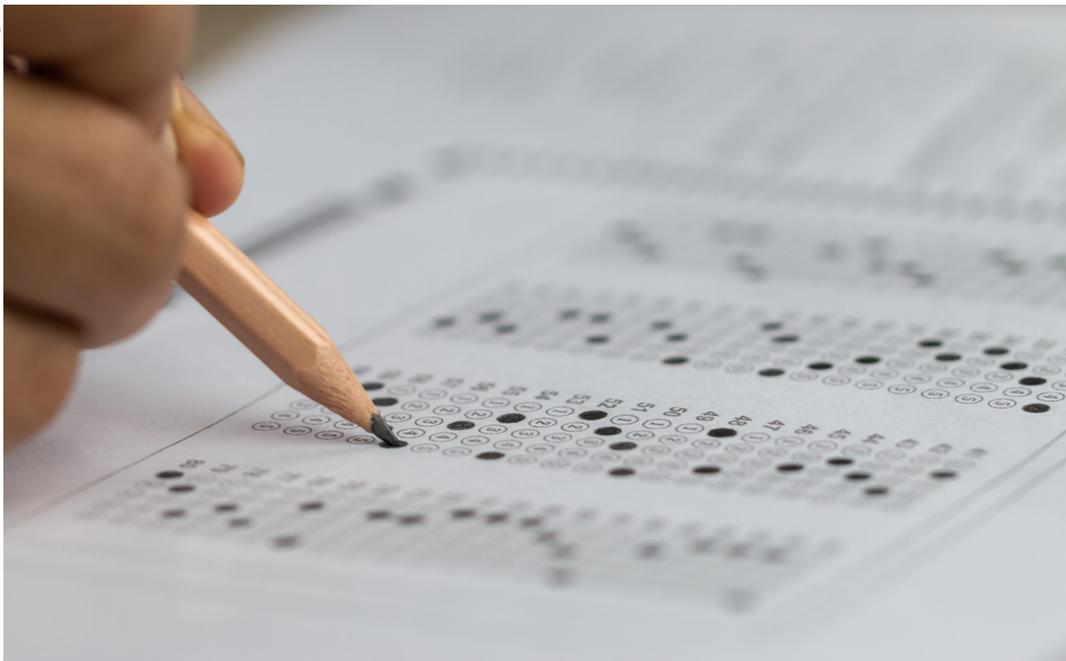


Foto: Banco de imagens

## Inss não faz concurso e fortalece serviços dos atravessadores

Foto: Banco de imagens



Antes de encerrar o famigerado ano de 2021, entidades sindicais da base da seguridade social pressionaram o novo presidente do INSS, José Carlos Oliveira, para se reunir e esclarecer pautas pendentes da categoria e cobrar promessas da antiga gestão. Entre elas, a realização de concurso público para preenchimento de, pelo menos, 7,5 mil vagas no órgão. A falta de servidores é um dos principais problemas trabalhistas do INSS, porque sobrecarrega quem continua na jornada, dificulta o atingimento de metas e aumenta a demora no atendimento aos serviços oferecidos pelo INSS.

Enquanto a antiga gestão afirmava que um novo concurso estava por vir, na reunião que aconteceu na úl-

tima semana de 2021, o novo presidente do INSS mudou o discurso e afirmou que o Ministério do Planejamento até tinha autorizado uma seleção, mas com um número bem menor de vagas, do que havia sido anteriormente prometido.

Para piorar a situação, no dia 28 de dezembro de 2021, é publicada a Lei nº 14.282, que regulamenta o exercício da profissão de despachante documentalista em todo o território nacional. Ou seja, além do INSS se recusar a realizar concurso público para repor quadro de funcionários, o governo federal ainda legaliza e fortalece os serviços dos paqueiros, também chamados de atravessadores.

O assunto é tão sério e tão delicado que, em 2013,

sob a gestão progressista, o governo federal chegou a fazer uma campanha nacional contra os atravessadores do INSS, pessoas que cobram para atuar como intermediários entre os segurados e a Previdência Social.

Isso porque todos os serviços oferecidos pelo INSS são e devem continuar sendo gratuitos. Além disso, são um direito constituído da população brasileira e, portanto, o trabalho de intermediários para ter acesso aos benefícios previdenciários é uma prática considerada por nós do Sindsprev como sendo ilegal.

Os intermediários cobram taxas ilegais por serviços gratuitos, prometendo obter facilidades no INSS, acelerar o andamento de processos e entrar com pedidos de re-

visão de valores. Em muitos casos, a população procura intermediários para fazer um simples pedido de aposentadoria, auxílio-doença ou amparo assistencial. Esses serviços podem ser feitos diretamente em uma Agência da Previdência Social.

Ao contratar um atravessador, a pessoa acaba pagando por serviços gratuitos e correndo riscos, uma vez que o INSS não se responsabiliza por documentos entregues a terceiros. Essas pessoas ainda podem ter acesso a informações confidenciais e documentos dos beneficiários e a procurá-los em suas casas para oferecer propostas escusas, como aumentar valor de benefícios, regularizar débitos, requerer revisões e recursos, requerer aposentadorias, pensões e auxílios, por exemplo, aumentando em muito o risco de golpes, especialmente contra idosos.

A direção do Sindsprev-PE reforça que se houver reposição do quadro de funcionários e valorização dos servidores, a população será atendida a contento, sem filas de espera e com a dignidade e atenção que merecem. Não é a legalização de atravessadores que resolverá o problema da falta de servidores públicos, uma vez que os processos continuarão travados.

## Expediente

INFORMATIVO EDITADO PELA SECRETARIA DE IMPRENSA DO SINDICATO DOS TRABALHADORES PÚBLICOS  
FEDERAIS EM SAÚDE E PREVIDÊNCIA SOCIAL NO ESTADO DE PERNAMBUCO

Rua Marques de Amorim, 174, Boa Vista, Recife-PE.  
CEP 50070-335.

Fone: (81) 2127-8333.

Site: [www.sindsprev.org.br](http://www.sindsprev.org.br)

E-mail: [siprevpe@uol.com.br](mailto:siprevpe@uol.com.br)

Coordenação Geral: Luiz Eustáquio

Secretaria Geral: Irineu Messias

Secretaria de Imprensa e Comunicação: Silvaneide Márcia

Jornalista Responsável e Edição: Martihene Oliveira e Rosália Vasconcelos

Textos: Martihene Oliveira e Rosália Vasconcelos

Projeto Gráfico e Diagramação: Daniele Cardoso

## Em 2022, a luta continua contra a reforma administrativa

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 32/20, do Poder Executivo, altera dispositivos sobre servidores e empregados públicos e modifica a organização da administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.

A PEC 32 ficou conhecida como Reforma Administrativa e vem sendo denunciada pelas entidades sindicais dos servidores públicos e organizações que defendem os direitos dos trabalhadores desde sua apresentação ao plenário pelo Poder Executivo, em setembro de 2020. Chegou em fevereiro de 2021 à Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania, onde foi aprovada com alterações em maio, e

desde junho se encontra na Comissão Especial.

Através dos esforços de entidades sindicais representativas de diversos setores do funcionalismo público, nas três esferas do poder, com muita pressão e muita luta, conseguimos que a proposta da PEC 32 não fosse votada em 2021. Fizemos protestos de rua, paralisações, estivemos nos locais de trabalho realizando campanhas de conscientização, nos aeroportos, participamos de atos em Brasília e campanhas virtuais.

Nós consideramos que a postergação da pauta para 2022 foi uma vitória. E não apenas nós. Os analistas políticos dizem que é pouco provável que o Congresso Nacional enfrente esse desgaste em pleno ano de eleições. Os deputados e senadores já sabem a força que o



Foto: Banco de imagens

funcionalismo público tem e que se eles votarem a favor da PEC 32, não serão diplomados em 2023.

Em 2022, estaremos juntos lutando contra essa agressão à constituição e ao povo brasileiro, seja em qualquer mobilização em frente ao Congresso Nacional, nos aeroportos, nas

ruas e, especialmente nas redes sociais. Ainda que ela não entre na pauta deste ano, não podemos descansar enquanto a PEC 32 não for derrubada de vez. A depender do governo que assumir em 2023, a discussão da reforma administrativa poderá ser novamente retomada. Estejamos atentos!

## Novas regras para aposentadoria em 2022



Foto: Banco de imagens

O ano novo chegou e com ele as novas regras para homens e mulheres que buscam a aposentadoria. Desde novembro de 2019, a reforma da Previdência, imposta por Bolsonaro (PL), aumentou o tempo de contribuição e a

idade mínima para os trabalhadores desfrutarem do benefício e por isso, é importante o cálculo das contas para verificar se já é possível reivindicar.

Para a aposentadoria por idade, a carência é de 15

anos de contribuição ao INSS, tempo válido para trabalhadoras e trabalhadores. Quem iniciou contribuição depois da reforma, precisa ter no mínimo 20 anos de contribuição, apenas as mulheres continuam com carência de 15

anos, mas a idade delas que antes era 60 anos, com as novas regras passa a receber seis meses a cada ano contados de novembro de 2019, ou seja, em 2022, é necessário que ela tenha 61 anos e meio. Os homens, 65 anos.

No caso da aposentadoria por tempo de contribuição, a regra subiu em janeiro para 89 pontos (mulheres) e 99 (homens). Para mulheres com 30 anos de contribuição, precisam ter 57 anos e meio de idade, já homens com 35 anos de contribuição, já podem pedir a partir dos 57 anos e meio de idade.

Os pensionistas já sofreram alterações em 2021, nesse caso, só em 2024 terão idades mínimas acrescidas.

## Em cenário de pandemia, Brasil e o mundo precisam estar precavidos

Desde o início da pandemia, o cenário externo funcionou como um espelho para o Brasil. Apesar disso, um déficit no preparo e o negacionismo quanto ao vírus, foi motivo de atraso para que o país pudesse tomar as medidas cabíveis para evitar a transmissão acelerada do vírus que matou mais de 600 mil brasileiros.

Em 2022, apesar do número elevado de transmissões de variantes no Brasil, o país começou em posição mais favorável do que outros do mundo a fora, onde a propagação do coronavírus tem retomado seu lugar, voltando a subir o índice de infectados, com crescimento de internações e mortes.

Os Estados Unidos e vários países da Europa alertam sobre a importância de a população brasileira manter os cuidados devidos, com um

preparo para novas crises, tendo em vista que nem 70% da população está imunizada com primeira e segunda dose.

Das variantes, a ômicrom é a mais infecciosa, causando um crescimento acelerado e se a análise for comparada ao início do período pandêmico, o vírus atingiu o Brasil com força total alguns meses depois de ter causado estrago no exterior.

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), assim como voltou a acontecer lá fora, os sistemas de saúde brasileiros podem voltar à sobrecarga, já que ainda não existe nenhuma estratégia do governo que possa evitar o problema. A flexibilização para grandes eventos, também é motivo de preocupação, bem como a demora na obrigatoriedade de apresentação de passaporte vacinal por estrangeiros, que só

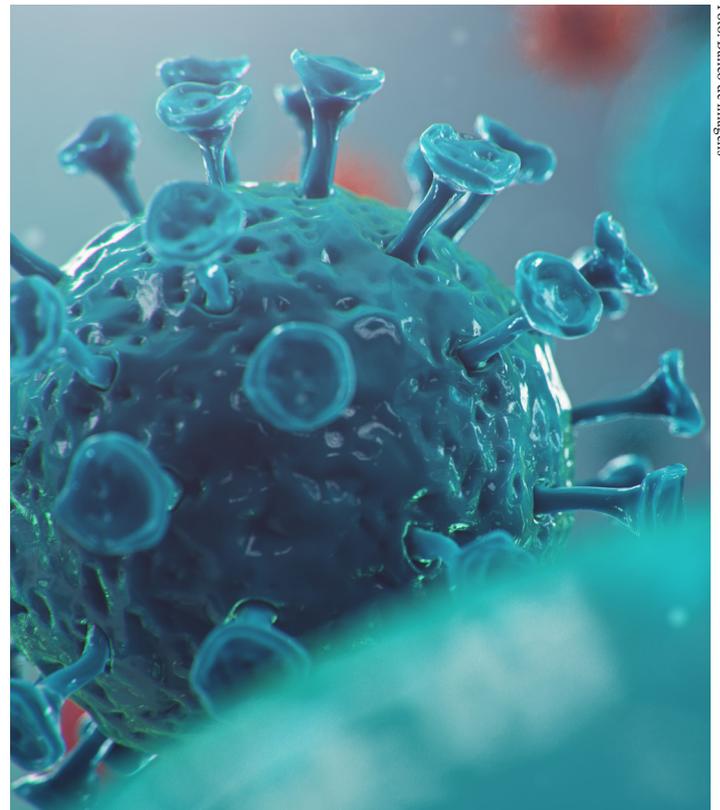


Foto: Banco de imagens

aconteceu depois da decisão do Supremo Tribunal Federal.

Na lista de países em que o coronavírus avança, o Brasil está em 26º lugar, atrás até mesmo de Portugal e Coréia

do Sul, países que possuem fortes estratégias de combate. Comparado aos demais, a propagação ainda avança pouco no Brasil, mas é preciso redobrar os cuidados.

## Estagnação do salário mínimo sem aumento real aponta descaso do governo com economia brasileira

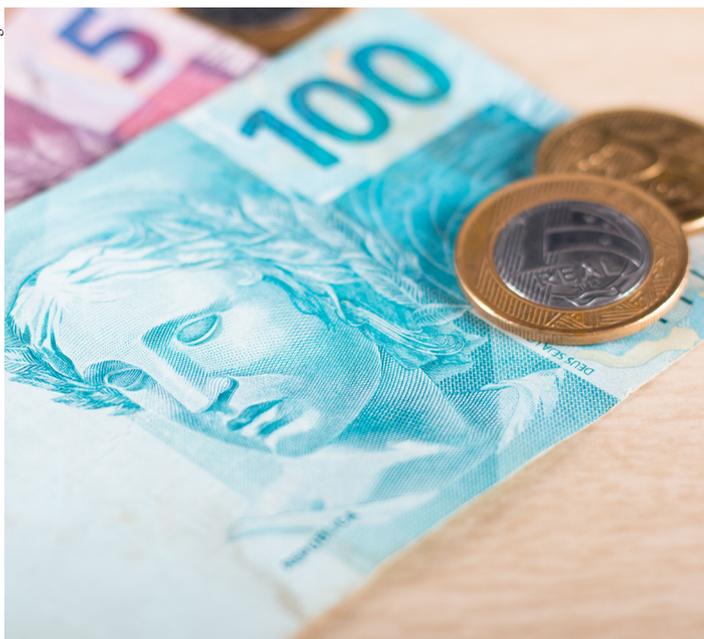


Foto: Banco de imagens

A União apresentou proposta de Orçamento com valor previsto do salário mínimo para R\$1.210,00 a partir de janeiro de 2022. Nesse caso,

entra um reajuste um pouco acima de 10% baseado no Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), a inflação oficial estimada para todo

este ano. A questão é que o INPC só será conhecido em 11 de janeiro, é possível que haja algum pequeno desvio decimal entre o que dizem e o que realmente é. De toda forma, vale destacar que pelo terceiro ano consecutivo, o salário mínimo não terá aumento real. E nessa mesma linha, já que o que o governo alega sobre as taxas de inflação também não batem com a realidade, o piso nacional corre o risco de ficar até abaixo da inflação.

A Constituição Federal de 1988, define, no capítulo de Direitos Sociais, que o salário mínimo deve cobrir todas as necessidades do trabalhador e de sua família, e precisa

ser unificado em todo território nacional e ser reajustado periodicamente para garantir seu poder aquisitivo. Mas, a realidade do brasileiro mostra que a inflação devora o poder de compra do salário mínimo e dessa forma dificulta que o papel constitucional seja cumprido. A solução para o problema é que aumentos reais ocorram a cada ano, e que estes sejam acima da inflação, coisa que não acontece desde o início do atual governo.

Antes, já existia uma política de valorização do salário mínimo que assegurava ganhos de 78% acima da inflação, o que representava a entrada de R \$250 bilhões ao ano na economia brasileira.